



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA
<EMPRESA>

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2022

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA
<EMPRESA>

MÓDULO CONTABILIDADE APLICADA

ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS –
PROF. ANTONIO DONIZETI FORTES

CONTABILIDADE AVANÇADA – PROF. LUIZ FERNANDO
PANCINE

ESTUDANTES:

DANIELE C. S. AZARIAS RA1012018200081

FLÁVIA CAMILA R.I.DA LUZ RA1012018200101

LÍRIA MARIA F. PACETE RA1012020200168

MARISTELA G.F.VILELLA RA1012018200172

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS	5
3. PROJETO INTEGRADO	10
3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	10
3.1.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS	11
3.1.2 JOINT VENTURES	13
3.2 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	15
3.2.1 AJUSTE A VALOR PRESENTE	17
3.2.2 VARIAÇÃO CAMBIAL	25
3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: ATUANDO GLOBALMENTE	33
3.3.1 ATUANDO GLOBALMENTE	33
3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	39
4. CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	44

1. INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado aborda o tema “ Processos de Reorganização Societária, um tema muito importante onde relata as estratégias do mundo empresarial e as variáveis que são implementadas neste cenário tanto atual como futuro.

Para trabalharmos mais precisamente esse assunto, nos dedicamos a abordar dois sub temas e tópicos, que serão capazes de elevar o seu conhecimento sobre este assunto, sub temas e tópicos que são eles:

Contabilidade avançada

- . Combinação de Negócios
- . Postulados, Joint Ventures

Análise das Normas e Pronunciamentos Contábeis

- . Ajuste a Valor Presente
- . Variação Cambial

Conteúdo de formação para a vida: Atuando Globalmente

- . Atuando Globalmente
- . Estudantes na Prática

Dando enfoque aos temas apresentados acima, realizamos um trabalho onde será detalhado como: apresentação das empresas e suas reorganizações societárias, falaremos ainda sobre a legalização das empresas, leis e a lei das sociedades por ações e como isso deve estar presente no contrato social ou no estatuto da empresa, teremos a descrição da fusão, cisão, incorporações e joint venture, outro tema de importância é análise das normas, como por exemplo o papel da IFRS no âmbito contábil e também o IBRACON que deu início a um amplo projeto das normas brasileiras às internacionais.

Levaremos em conta que a contabilidade se utiliza de normas e leis que tange a profissão contábil, como a evolução da mesma e as suas implantações nos mais diversos países, e as escolas contábeis que deram origem a tudo que vivenciamos hoje.

Já dando início à análise das normas e pronunciamentos destacamos as normas internacionais da contabilidade ou (IFRS), o instituto dos auditores independentes do Brasil- IBRACON, o comitê de pronunciamentos contábeis- CPC, que por sua vez foi criado pela união das seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e entre outras entidades que serão detalhadas no trabalho aqui apresentado.

Ainda neste trabalho, especialmente neste semestre, teremos um tópico relacionado ao tema globalmente, que trabalharemos a sustentabilidade, como por exemplo atuando globalmente e como colocamos isso na prática, ou seja no nosso dia a dia. Gravaremos um vídeo contando sobre práticas sustentáveis no ambiente pessoal e também não menos importante no mundo organizacional.

Este trabalho em especial apresentará temas de muita relevância para contadores, ou estudantes que desejam conhecer mais a fundo pronunciamentos, normas, e escolas de contabilidade que foram as responsáveis pela criação da profissão contábil, como ocorre a combinação de negócios e joint ventures, temas de grande enfoque nos dias atuais.

2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS



Fundada em 1969 pelo empresário Luiz Seabra na cidade de São Paulo com o CNPJ 71.673.990/0001-77 a Natura & Co se transformou na maior multinacional de cosméticos no Brasil. Desde então a natura vem construindo um negócio voltado à construção do Bem Estar de seu público, que se estabelece nas relações harmoniosas que um indivíduo estabelece consigo mesmo, e com os outros e com a natureza.

A Natura atualmente atingiu a marca de 100 milhões de consumidores por meio de diversos canais, sendo um deles a venda direta que conta com cerca de 1,7 milhão de consultoras no Brasil, na Argentina, no Chile, Colômbia, México e no Peru.

Tendo um forte compromisso com a sustentabilidade no Brasil, a Natura criou causas como Amazônia Viva, Mais Beleza, Menos Lixo e Cada Pessoa Importa, para defender essas causas a Natura criou uma série de compromissos definidos no documento Visão de Sustentabilidade 2050.

Seus principais produtos são voltados para cuidados diários que contém a linha para cuidado do rosto e corpo, perfumaria para o público feminino, masculino e infantil, maquiagem que contém produtos para rosto, boca, olhos e acessórios, cabelo que contam com shampoos e condicionadores, barba para o público masculino, infantil que conta com shampoos, condicionadores e entre outros produtos destinados ao seu público infantil, e também a natura oferece produtos veganos já que defendem fortemente a sustentabilidade.

Reorganização Societária:

A Natura & Co, *holding* das marcas Natura e Avon, informou no último ano que o conselho de administração aprovou o início dos estudos de migração para a Bolsa de

Valores de Nova York, a NYSE, além da listagem de BDRs (*Brazilian Depositary Receipts*) na B3.

A companhia, que hoje é o quarto maior grupo de beleza do mundo, conta com operações em mais de 100 países. Por conta disso, cerca de 70% de sua receita vem de fora do Brasil após as aquisições do Aesop, em 2013, e da The Body Shop, em 2017.

“Após a recente reestruturação de capital bem-sucedida, que acreditamos posicionar o grupo para obter o grau de investimento em um futuro próximo, a potencial reorganização societária seria uma nova etapa do planejamento estratégico da *holding* para continuar a acessar os mercados e investidores globais, enquanto permanecemos comprometidos com os mercados em que operamos por meio de nossas unidades de negócios e afiliadas”, destacou em nota enviada à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para viabilizar o processo, a Natura & Co considera a criação de uma nova holding para o grupo, com localização no Reino Unido, onde a companhia já possui presença relevante e com sedes de algumas marcas.

Segundo a empresa de cosméticos, a mudança para o mercado americano se deve por:

- Aumentar visibilidade e alcance, além de amplificar sua agenda de sustentabilidade “compromisso com a vida 2030”
- Expandir o acesso a investidores globais e a diversificação de sua base acionária
- Melhorar a liquidez de suas ações e acessar novas fontes de financiamento
- Alinhar sua estrutura corporativa e de capital à presença operacional global

O conselho da *holding* também aprovou a abertura de um programa de recompra de até 37,5 milhões de ações, correspondentes a até 4,44% dos ativos em circulação no mercado, que hoje somam mais de 844 milhões.

De acordo com a companhia, o objetivo da operação é maximizar a geração de valor para os acionistas da companhia por meio de uma “administração eficiente de sua estrutura de capital”.

A Avon, CNPJ: 56.991.441/0001-57 marca que batalha constantemente pelo empoderamento das mulheres, teve sua origem criada no ano de 1886 pelo fundador David H. McConnell, que costumava vender livros de porta em porta, David criou a empresa inspirado pela ideia de que as mulheres poderiam ter uma renda independente que possa garantir o próprio bem-estar e felicidade, além disso dois outros fatos o motivaram a acreditar no sucesso de ter mulheres revendendo seus produtos. Seus

clientes, que eram principalmente mulheres, adoravam as amostras gratuitas de perfumes que ele oferecia como incentivo para que ele fosse recebido, também o fato declarado de se sentirem mais à vontade para comprar produtos de beleza por outras mulheres faziam toda a diferença.

Vale ressaltar também que a Avon é a primeira empresa de grande porte de cosméticos a banir totalmente o teste em animais, há mais de 30 anos. Em 2019 a empresa se tornou parceira da Humane Society International (HSI) em apoio à campanha #Be Cruelty Free, que a iniciativa principal é a proibição de testes em animais para a produção de cosméticos em todos os grandes mercados de setor de beleza até 2023.

A história começou quando Persis F. Eames Albee se tornou a primeira Representante da Beleza Avon autônoma da empresa. No Brasil, a Avon opera em todo o território desde 1958, com seus produtos para maquiagem, rosto, corpo e banho, perfumaria, casa e estilo, cabelos, unhas e a linha infantil.

Possui unidades nos seguintes estados: São Paulo, Ceará e Bahia. O centro de Distribuição de São Paulo, em Cabreúva, é o maior da empresa, certificado com o selo Leed Gold, que o qualifica como construção verde.

1886

Seu fundador, David H. McConnell, que costumava vender livros de porta em porta.

1889

Persis F. Eames Albee se tornou a primeira Representante da Beleza Avon autônoma da empresa.

1958

No Brasil, a Avon começa a operar em todo território.

Hoje

O Brasil país representa a maior operação da companhia e detém sua maior força de vendas.

Reorganização Societária:

Os acionistas da Natura E CO e da Avon Products aprovaram em assembleias extraordinárias realizadas neste último ano a proposta de aquisição da fabricante de cosméticos americana pela brasileira, que resultará na criação de uma empresa avaliada em US \$11 bilhões.

Nessas reuniões com os acionistas que ocorreram em São Paulo e Nova York, foi aprovada a incorporação da Natura Cosméticos pela Natura e CO Holding, também foi aprovada a operação societária para fazer com que os acionistas da Avon passem a integrar a base acionária da Natura e CO Holding.

A proposta recebeu a aprovação de mais de 95% dos acionistas. As assembleias tiveram quórum de 88,13% dos acionistas da Natura Cosméticos e de 75% dos investidores da Avon. A reestruturação societária corresponde aos passos 1 e 2 da operação de compra da concorrente listada na bolsa de Nova York.

Hoje, os acionistas controladores da Natura Cosméticos, liderados por Luiz Seabra, Guilherme Leal e Pedro Passos, que correspondem a 57,22% do capital votante da empresa, contribuíram em aumento de capital no valor de R\$ 619,77 milhões, com a participação de 13 acionistas.

Desta forma, o capital social da fabricante aumentou de R \$495,39 milhões para R \$1,11 bilhão. A etapa seguinte da reestruturação é a incorporação das ações da Natura Cosméticos pela Natura & Co Holding para simplificar a estrutura de capital.

A Ambev S.A, CNPJ: 07.526.557/0001-00 nasceu, em 1999, da união entre as centenárias Cervejaria Brahma e Companhia Antarctica. Mas a história começou muito antes, quando ainda eram duas cervejarias na década de 1880: a Companhia Antarctica Paulista e a Manufatura de Cerveja Brahma & Villiger & Companhia.

Sua atividade principal é Fabricação e distribuição de cervejas, chopes, refrigerantes e bebidas não carbonatadas e não alcoólicas. Hoje com todo sucesso atua com mais de 30 marcas famosas de bebidas, incluídas Brahma e Antártica (fusão das cervejarias), Skol, Stella Artois, Budweiser, Corona, Bohemia, etc. Presente em 19 países, contando com mais de 35 mil colaboradores somente no Brasil, 32 cervejarias e maltarias no Brasil, 100 centros de distribuição direta e 06 de excelência brasileira.

Também faz parte da Anheuser-Busch Inbev, conhecida como AB Inbev, que nasceu da união entre o espírito pioneiro da Ambev, com a qualidade belga da Interbrew e a tradição da Anheuser-Busch.

Reorganização Societária:

Apesar de um ano ainda marcado pelos impactos da Covid-19 e por pressões de custo por conta do câmbio e pelos preços de commodities, a combinação desses outros elementos não impediu que a Ambev reportasse indicadores recordes ao divulgar seu balanço referente ao ano de 2021.

Os marcos vieram na receita líquida do último ano, que cresceu 20,8% para 72,8 bilhões, e em volume, com um total de 180,3 milhões de hectolitros no período, um desempenho de 8,8% superior ao que foi registrado em 2020.

Partindo desses novos patamares, a Ambev entende que tem condições de entregar uma evolução no resultado do ano de 2022. Mesmo com a manutenção de alguns componentes desafiadores no cenário previsto para o ano.

Jean Jereissati, CEO da Ambev disse: ‘’ Nosso portfólio está mais forte e saudável e iniciamos o ano com 1,6 milhão de consumidores a mais em nossas marcas’’. Como parte desse pacote que fundamenta a perspectiva para o ano, o executivo citou ainda atas e eventos que tradicionalmente impulsionam o consumo de cervejas, detalhando que há algumas diferenças que podem turbinar ainda mais essa demanda. Um exemplo é que este ano a copa será realizada entre novembro e dezembro, próximo ao verão no Brasil, e o carnaval que foi fraco no ano de 2021 por conta do covid-19 foi dividido em duas etapas esse ano em muitas regiões do País.

No quarto trimestre de 2021, o lucro líquido da Ambev recuou 45,6% para R \$3,7 bilhões. A empresa atribuiu boa parte do desempenho a créditos fiscais não recorrentes. Já no último resultado consolidado do balanço foi mostrado um crescimento de 11,9% para 13,1 bilhões.

Esperamos um ano desafiador pela frente, com pressão de custos em todas as operações e inflação persistente, mas continuamos otimistas e impressionados com a rapidez que uma empresa com mais de 100 anos conseguiu mudar durante a pior crise de todos os tempos, disseram os analistas Leonardo Alencar e Pedro Fonseca.

O volume de produção foi um dos pontos destacados em relatório da XP sobre o balanço que na visão dos analistas trouxe resultados positivos apesar de ressaltar alguns fatores de atenção no horizonte da empresa.

3. PROJETO INTEGRADO

Nesta etapa do PI são apresentados os conteúdos específicos de cada unidade de estudo e como são aplicados no respectivo estudo de caso, utilizando para isso, uma empresa real.

3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA

Para a legalização de uma empresa, há uma sequência de processos que devem ser cumpridos para regularizar a situação do negócio. O processo de legalização pode variar de acordo com cada localidade, em geral o órgão responsável é a Junta Comercial do Estado.

Pode ocorrer a transformação de uma empresa, através de um processo de alteração do tipo jurídico da sociedade, não sendo necessário a dissolução ou liquidação. No caso da transformação, há necessidade de consentimento dos sócios ou acionistas, ou no caso de Sociedade Anônima, a empresa estará em concordância com o artigo 221 da Lei das Sociedades por Ações, e isso deve estar determinado em contrato social ou estatuto da empresa.

Composição das sociedades:

Fusão: Trata-se da união de uma ou mais sociedades com o objetivo de criar uma nova. Podendo ser juridicamente diferentes ou não, neste caso, os sócios entram com seus ativos passivos. Podendo ocorrer também a mudança no capital e alterações quanto aos sócios. Os sócios podem permanecer ou não.

Cisão: Trata-se da divisão de uma empresa, podendo ser feita na totalidade da empresa ou parcialmente. As empresas podem optar pela cisão devido à baixa nas vendas, desta

forma, a empresa pode transferir uma fração do seu patrimônio para outra ou outras sociedades, que podem já existir ou ser criadas exclusivamente para esse fim.

Incorporação: Trata-se de um processo que envolve uma ou mais sociedades (diferentes ou não) que são incorporadas por outra empresa. A empresa passa a responder pelos direitos e obrigações daquelas, realizando o balanço patrimonial da sociedade que será extinta, o encerramento dos livros da sociedade e transferência para a empresa incorporadora, providenciando o registro referente ao aumento do capital da empresa incorporadora, providenciando também a abertura dos livros para a empresa atual.

Joint Venture: A expressão joint-venture quer dizer união com risco, ou risco em conjunto. Trata-se de um empreendimento conjunto ou empresa conjunta, que se unem visando desde uma simples colaboração para fins comerciais e/ou tecnológicos até a fusão de sociedades em uma única empresa, não implicando a perda da identidade e individualidade como pessoas jurídicas das participantes. É um modelo estratégico de parceria comercial ou aliança entre empresas, de forma associativa, sem uma definição legal precisa.

3.1.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinação de negócios é o processo pelo qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independente da forma jurídica, com o objetivo de melhorar a capacidade da empresa. A combinação de negócios é amparada por lei.

O Processo de Incorporação gera efeitos nos planejamentos societário, tributário e fiscal. A transação de incorporação poderá ser realizada por meio do valor contábil, sendo necessário um laudo de avaliação para proteger os terceiros e acionistas. A lei não permite que os bens sejam integrados ao patrimônio da organização com valor superior ou inferior ao de mercado. Se faz necessário uma aprovação do protocolo, na

assembleia geral que autoriza os seus administradores a execução do aumento de capital a ser subscrito e realizado pelos proprietários vigentes da empresa incorporadora, a partir da data do seu patrimônio líquido. Dessa forma, é preciso identificar os peritos que realizaram a avaliação. A incorporadora será extinta por meio da aprovação da assembleia geral da incorporada, do parecer de avaliação e da incorporação. A empresa incorporada é responsável por articular a organização, o arquivamento e a divulgação dos atos da incorporação.

No processo de fusão, o patrimônio da nova empresa será definido com base na avaliação decorrida, considerando as empresas envolvidas. A nova empresa resultará da união dos patrimônios fundidos, pois as organizações envolvidas desapareceram, originando uma nova empresa. No término do processo, o novo estatuto deverá ser elaborado e aprovado pela assembleia geral. No Brasil, este tipo de negociação é supervisionado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e regulado pela Lei nº 6.404/76.

No processo de cisão a empresa transporta parcelas do patrimônio líquido, podendo ser total, ou pela divisão do capital na cisão parcial, para uma ou mais empresas que foram constituídas para esse fim ou que já existiam, exterminando a empresa cindida. A transação da cisão apresenta efeitos societários, tributários e contábeis. Na cisão, ocorrem alterações em todas as empresas envolvidas no processo, exceto na criação de uma empresa nova. Na cisão parcial, a empresa passa a ter parcelas menores do seu patrimônio, com efeitos resultantes na sua estrutura e na sua contabilidade. Por consequência, as empresas que recebem essas parcelas têm o aumento do capital.

Como um exemplo de Incorporação de Empresas, temos o caso recente da Natura, "Natura conclui compra da Avon e cria 4ª maior empresa de beleza do mundo", a informação abaixo é de 2020:

O Grupo Natura concluiu em 2020 a compra da Avon Products, o conselho de administração da empresa aprovou a incorporação da fabricante norte-americana de cosméticos, em um negócio que criou o quarto maior grupo de beleza do mundo e avaliou a rival norte-americana de 130 anos em cerca de US\$ 2 bilhões. A empresa informou que os acionistas da Avon serão donos de 27,3% do grupo, enquanto os 72,3% restantes estarão de posse dos acionistas da Natura. A Natura nomeou Roberto Marques

como presidente-executivo do conselho de administração da empresa combinada. As ações do grupo saltavam 4,33% por volta das 15h40, enquanto o Ibovespa recuava 0,24%, em meio a uma baixa generalizada do mercado por conta de preocupações com a situação no Oriente Médio após o ataque norte-americano que matou uma importante autoridade no Irã. Anteriormente, o presidente-executivo da Avon Products, Jan Zijderveld, deixou a fabricante norte-americana de cosméticos, em sequência ao processo de venda da companhia. O lugar de Zijderveld foi ocupado por Angela Cretu, no comando das operações da Avon fora da América Latina. Com a aquisição da Avon, a Natura criou quatro unidades operacionais, cada uma com seu presidente-executivo. A operação Natura & Co América Latina, que além da marca Natura e Avon reúne as bandeiras The Body Shop e Aesop, foi liderada por João Paulo Ferreira. A presidente-executiva da Avon, agora dentro da Natura & Co, foi a romena veterana da companhia norte-americana Angela Cretu, sendo responsável pelas operações da marca fora da América Latina. O comando da The Body Shop continuará com David Boynton, o mesmo ocorre com Michael O'Keefe na Aesop. A Natura recebeu aval de autoridades concorrenciais para a compra da Avon em 2019 e na ocasião havia estimado a conclusão da operação. A companhia brasileira havia anunciado a compra da Avon, em um negócio realizado por meio de troca de ações. A companhia combinada apresentava um valor estimado em US\$ 11 bilhões. Criada em 1969 e cotada na Bolsa no Brasil desde 2004, a Natura é a número um dos cosméticos brasileiros.

3.1.2 *JOINT VENTURES*

Para o desenvolvimento e ampliação das organizações, as Joint Venture foram ganhando relevância tática. A Instrução 247/96, CVM diz que tal expressão trata-se de empresas operando em conjunto, por meio de acordo contratual, fragmentando as participações. Como: Negócios comerciais ou marítimos, Sociedade Limitada, Associações, ou Acordos executados por um conjunto de pessoas.

Tais investimentos são controlados pelas normas IAS 31 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture). Devendo também ser reconhecido por meio do CPC 19 – Participações em Empreendimentos Conjuntos.

Contabilmente os empreendimentos podem ser registrados de forma conjunta, o método utilizado é de Consolidação Proporcional, que pode ser utilizado pela empresa como opção de Equivalência Patrimonial. Tal Consolidação consiste no registro contábil em que se adapta as participações do investidor nos ativos, passivos, despesas e receitas por elementos semelhantes nas demonstrações contábeis do investidor, ou em linhas separadas. As atividades e transações de uma empresa controlada são conduzidas normalmente como as demais, com o direcionamento dos administradores.

Para a elaboração de Joint Venture, deve-se considerar: a assinatura do contrato, a divisão do poder entre as empresas controladas, a colaboração dos participantes, as regras internas, a abertura para participações de outros investidores, os direitos e obrigações, as circunstâncias comerciais, os métodos para a divisão dos lucros e um plano para a auditoria.

Pode-se analisar os tipos de negócios em conjunto no CPC 19, nos itens 14 a 19. De acordo com as modalidades existentes, podemos considerar: Operações controladas em conjunto, que são duas ou mais empresas visando a exploração de um negócio temporário; Ativos controlados em conjunto, ocorrendo o controle e posse dos ativos para a exploração da atividade em conjunto; e Sociedades controladas em conjunto, que refere-se a uma união de investidores compostos por pessoas físicas ou jurídicas para a criação de uma nova empresa.

Por meio da CVM e da Instrução 247/96, foram definidos os métodos referentes à consolidação das demonstrações contábeis das sociedades controladas de forma compartilhada. Os principais aspectos são definidos pela Instrução CVM 247/96.

3.2 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Para a continuidade dos negócios, tendo em vista os objetivos de crescimento propostos, as empresas necessitam buscar cada vez mais mecanismos de produtividade, através da inovação dos processos, produtos e serviços, além da otimização gerencial, focalizando estratégias que propiciem acentuadas reduções de custos. Nesse cenário, um dos objetivos das empresas passou a ser a busca incessante do aumento da produtividade para fazer frente à competição internacional. Logo, tornou-se necessário a modernização tecnológica, que possibilitasse o desejado aumento da produtividade em contraposição a redução dos custos. A globalização estabelece, assim, a necessidade de um processo de gestão comprometido com a alta produtividade, comparado às dimensões internacionalmente aceitas. O referencial de produtividade e competitividade não é mais o concorrente localmente estabelecido, mas empresas com padrão de classe mundial denominado de “World Class Company”.

A mensuração dos indicadores de produtividade e competitividade requer informações derivadas de regras e definições consistentes e harmônicas, que permitam parâmetros de comparações entre empresas estabelecidas em diferentes países.

Com toda essa abertura de mercados e desejo de crescimento e expansão econômicos, passamos a entrar no terreno da Contabilidade Internacional.

Uma das preocupações dessa área é alinhar a linguagem contábil para que órgãos governamentais e países falem a mesma língua. Com isso, fatos contábeis podem ser fielmente relatados e as demonstrações de resultados tornam-se muito mais confiáveis e transparentes.

As Normas Internacionais da Contabilidade (ou IFRS) surgiram para cumprir esse papel de alinhamento de procedimentos contábeis. O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, que publicou uma tradução, para o português, das IFRS emitidas até o ano de 2001, deu início a um amplo projeto de harmonização das normas brasileiras às internacionais. E, atualmente, quem adapta as IFRS aqui no Brasil é o Comitê de Pronunciamento Contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado pela união das seguintes entidades:

- Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca);
- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil (Apimec Brasil);
- B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão;
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon);
- Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi);
- Entidades representativas de investidores do mercado de capitais.

Sua criação ocorreu em função da necessidade de **convergência internacional** das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital); **centralização** na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem); **representação e processo democráticos** na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

Foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/05 e tem como objetivo *"o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais"*.

No presente trabalho iremos abordar dois aspectos importantes que podem afetar o reconhecimento de ativos e passivos das empresas e para tanto iremos analisar alguns instrumentos normativos e os seguintes Pronunciamentos Contábeis:

O PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 12, que trata do Ajuste a Valor Presente e o PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 02 (R2) que trata dos Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

3.2.1 AJUSTE A VALOR PRESENTE

A contabilidade sempre teve por base os documentos fiscais que dão base às operações, registrando as receitas em contrapartida aos ativos a receber pelo valor transcrito do referido documento.

No entanto, com o advento da Lei 11.638/2007, foi introduzida a necessidade de realizar os ajustes a valor presente na escrituração contábil para demonstrar o valor real da operação na data de emissão do demonstrativo financeiro.

A determinação da apuração do Ajuste a Valor Presente - AVP envolve elementos do ativo e do passivo de longo prazo e todos os demais elementos patrimoniais de curto prazo, caso tais ajustes tenham efeito relevante nas demonstrações levantadas, em obediência ao previsto nos artigos 183, VIII e 184, III da Lei 6.404/1976 com redação dada pela Lei 11.638/2007:

Art.183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

...

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Ainda foi publicada a Deliberação CVM 564/2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ajuste a Valor Presente.

Como estabelece o item 6 do CPC 12, é necessário observar que a aplicação do conceito de ajuste a valor presente nem sempre equipara o ativo ou o passivo a seu valor justo. Por isso, valor presente e valor justo não são sinônimos, conforme destacado:

Valor justo (fair value) - é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Valor presente (present value) - é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações da entidade. Tal fluxo de caixa pode estar representado por ingressos ou saídas de recursos.

É cada vez mais comum que as entidades alonguem seus prazos de pagamento, e desta forma, o ajuste a valor presente objetiva trazer para o valor atual, os direitos e as obrigações da empresa que serão realizados ou exigidos em uma data futura.

Desta forma, para se determinar o valor presente de um fluxo de caixa, é necessário o conhecimento de três variáveis:

- a) O valor futuro do item patrimonial (considerando todos os termos e as condições contratados);
- b) A data do referido fluxo financeiro (data futura) e
- c) A taxa de desconto aplicável à transação.

Por lei, o ajuste a valor presente é realizado em pontos de ativos e passivos que são oriundos das operações de longo prazo.

Os outros itens integrantes do balanço contábil, que são oriundos de operações de curto prazo, passarão por adaptações apenas quando houver algum efeito relevante.

Dessa forma, é correto afirmar que a avaliação dos bens e das dívidas serão sempre ajustadas quando se tratarem de questões de longo prazo. Em caso de curto prazo, apenas quando alguma mudança realmente significativa acontecer.

No caso das dívidas, caso algum débito seja renegociado, o passivo precisará ser trazido a valor presente durante a análise dos números.

No balanço contábil da empresa, deverão ser ajustados a valor presente as seguintes informações:

- as informações de ativos permanentes;
- os estoques;
- o almoxarifado;

- os investimentos temporários em ouro;
- os investimentos temporários em ações;
- as despesas antecipadas, junto aos resultados de exercícios futuros;
- os direitos e as obrigações que precisam ser saldadas em serviços ou bens da empresa.

No entanto, é preciso se lembrar que de acordo com as normas internacionais de contabilidade, é proibido realizar descontos no valor presente para os valores de imposto de renda diferidos.

Essa proibição também se aplica à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), uma vez que não é possível determinar com maior precisão em quais datas os valores serão realizados.

O ajuste a valor presente é comumente utilizado para manter o valor do dinheiro atualizado no tempo, sempre considerando as questões como juros, desvalorização da moeda e inflação, por exemplo.

Nesse cálculo, são consideradas também todas as possíveis incertezas que envolvem os ativos e os passivos de uma empresa.

Sendo assim, sempre que houver entrada ou saída de dinheiro da empresa, com juros implícitos ou explícitos embutidos, será necessário realizar o ajuste a valor presente.

Há operações cuja taxa de juros é explícita (por exemplo, descrita e conhecida no contrato da operação) ou implícita (por exemplo, desconhecida, mas embutida na precificação inicial da operação pela entidade no ato da compra ou da venda). Em ambos os casos, é necessário utilizar uma taxa de desconto que reflita juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação entre partes conhecedoras do negócio, que tenham a intenção de efetuar a transação e em condições usuais de mercado. Nos casos em que a taxa é explícita, o processo de avaliação passa por uma comparação entre a taxa de juros da operação e a taxa de juros de mercado, na data da origem da transação. Nos casos em que a taxa estiver implícita,

é necessário estimar a taxa da transação, considerando as taxas de juros de mercado, conforme anteriormente mencionado. Mesmo nos casos em que as partes afirmem que os valores à vista e a prazo são os mesmos, o AVP deve ser calculado e, se relevante, registrado.

Já no caso do ajuste a valor justo, o valor do ativo poderá ser negociado.

Nesse modelo de ajuste, é possível, por exemplo, realizar uma negociação para quitar o valor de um passivo, como uma dívida, por exemplo.

Sendo assim, cada tipo de cálculo terá sua função e poderão ser aplicados em diferentes situações.

No entanto, é interessante que tanto o ajuste a valor presente quanto o ajuste a valor justo devem ser acompanhados, principalmente se a empresa possuir esses dois tipos de ativos e passivos em sua carteira.

Manter esse acompanhamento é fundamental para acompanhar as variações de valores que são, de fato, importantes para a instituição.

Ter esses cálculos contábeis em dia ajudará não só na análise de compra e venda de alguns papéis, por exemplo, como na transparência de dados para atrair possíveis investidores e esclarecer alguns dados para o mercado.

Principalmente quando pensamos no ajuste a valor presente, os dados são fundamentais para manter os investidores atentos às possibilidades, além de aumentar a confiança diante de dados transparentes e constantemente atualizados.

O cálculo do ajuste a valor presente pode acontecer de duas formas diferentes:

- ajuste a valor presente de venda e compra;
- ajuste a valor presente mensal.

Vamos entender cada um deles separadamente.

Ajuste a valor presente de venda e compra

O ajuste a valor presente de venda e compra é comumente realizado para corrigir o reconhecimento de despesas, receitas, estoques ou ativos imobilizados para que a venda e compra a prazo sejam devidamente calculados.

Essa modalidade também é utilizada para conseguir apropriar corretamente os encargos e o provisionar os juros, calculando assim a competência de emissão e entrada de título.

Veja um exemplo de cálculo de ajuste a valor de venda e compra:

Valor do título que está sendo analisado: R\$1.500.000,00

Taxa: 3,5% ao mês

Data da emissão do título: 20/12/2020

Data de vencimento do título: 18/05/2021

Prazo em dias: 150 dias

A taxa de ajuste a valor presente de venda e compra é:

Normal

Ajuste a valor presente venda e compra = $1.500.000,00 * ((0,035/30) * 150)$

Ajuste a valor presente venda e compra = $1.500.000,00 * 0,175$

Ajuste a valor presente venda e compra = R\$ 262.500,00

Por equivalência

Ajuste a valor presente venda e compra = $1.500.000 / (1 + (3,5/100))^{(150/30)}$

Ajuste a valor presente venda e compra = $(1.500.000 / 1,187686305646875) = R\$ 1.262.959,75$

Ajuste a valor presente venda e compra = $1.500.000 - 1.262.959,75 = R\$ 237.040,25$

Ajuste a valor presente mensal

No caso do ajuste a valor presente mensal, esse tipo de cálculo é comumente realizado quando há necessidade de reconhecimento da receita e/ou despesa financeira, além da baixa de justos ou encargos a serem apropriados para cada detalhe do cálculo.

A intenção do ajuste a valor presente mensal é atualizar os valores correspondentes aos juros pelo financiamento de venda, por exemplo, ou de compras a prazo.

Veja um exemplo de cálculo de ajuste a valor presente mensal:

Competência do ativo que será analisado: 12/2020

Data da emissão do ativo: 20/12/2020

Último dia da competência: 31/12/2020

Valor acumulado do Ajuste a Valor Presente até o momento: R\$ 1.262.959,75

Taxa: 3,5% ao mês

Prazo em dias: 11

Taxa de ajuste a valor presente para 11 dias: $(1+(3.5/100))^{((150-11)/30)}$
= 1,172799%

A taxa de ajuste a valor presente mensal é:

Normal

Ajuste a valor presente mensal = $1.500.000,00 * (0,116667\% * 11)$

Ajuste a valor presente mensal = R\$ 19.250,05

Por equivalência

Valor do ajuste a valor presente acumulado = $1.500.000,00 / 1,172799$

Valor do ajuste a valor presente acumulado = 1.278.991,44.

Saldo do ajuste a valor presente atual = 1.500.000,00 – 1.278.991,44

Saldo do ajuste a valor presente atual = 221.008,56

Ajuste a valor presente mensal por equivalência = Saldo do AVP Anterior – Saldo do AVP Atual

Ajuste a valor presente mensal por equivalência = 237.040,25 – 221.008,56

Ajuste a valor presente mensal por equivalência = R\$ 16.031,69

O ajuste a valor presente é um cálculo que passou a ser obrigatório em 2007, de acordo com a Lei 11.638/2007 que alterou a Lei 6.404/76.

Esse cálculo periódico é fundamental para identificar quais são os valores dos bens da empresa, além do valor das dívidas que existem na instituição, para oferecer mais transparência e passar mais confiança para possíveis investidores.

Para empresas que querem atrair mais investimentos, adquirir empréstimos ou até mesmo ter apenas mais controle desse tipo de dado internamente, a realização do ajuste a valor presente é fundamental.

Os ajustes devem ser divulgados nas notas explicativas conforme determinações do § 5º do art. 176 da Lei 6.404/76:

§ 5º As notas explicativas devem:

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e

IV – indicar:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3^a);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1^a); e
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

No mesmo sentido, quanto à divulgação o CPC 12 estabelece no título Divulgação, no item 33:

Em se tratando de evidenciação em nota explicativa, devem ser prestadas informações mínimas que permitam que os usuários das demonstrações contábeis obtenham entendimento inequívoco das mensurações a valor presente levadas a efeito para ativos e passivos, compreendendo o seguinte rol não exaustivo:

- (a) descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente, natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não) e, se aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado;
- (b) premissas utilizadas pela administração, taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco (risk-free, risco de crédito, etc.), montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, horizonte temporal estimado ou esperado, expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas);
- (c) modelos utilizados para cálculo de riscos e inputs dos modelos;
- (d) breve descrição do método de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração;
- (e) propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou nova medição e motivação da administração para levar a efeito tal procedimento;
- (f) outras informações consideradas relevantes.

Depois de todo o exposto podemos concluir que é fundamental que o ajuste a valor presente seja realizado porque, além de ser previsto por lei desde 2007, também é uma excelente maneira de manter os dados da empresa atualizados e aumentar a segurança e confiança dos investidores na instituição.

Além disso, entender esses números significa, também, entender a realidade da empresa, o que dá aos gestores e contadores informações mais precisas para elaborar estratégias focando no crescimento e sustentabilidade da instituição.

3.2.2 VARIAÇÃO CAMBIAL

Um dos aspectos que a internacionalização das empresas afetou na informação contábil foi a necessidade de uniformização da moeda do país onde está localizada a subsidiária com o país onde está localizada a empresa investidora, sendo necessária a

Conversão das Demonstrações Contábeis. No Brasil este tema é regulamentado pelo Pronunciamento Técnico 02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A adoção do Pronunciamento Técnico 02 tem efeitos nos saldos das contas patrimoniais e de resultado que, por sua vez, implicam na posição líquida do patrimônio da entidade.

A rápida disseminação da informação dada pelo avanço tecnológico dos meios de comunicação e de informação possibilitou, entre outros fatos, que as relações na sociedade não se dêem mais apenas em esferas locais. As empresas que estão expandindo seus negócios para outros países, as chamadas multinacionais, são evidências de uma economia mundial globalizada.

Diante desse cenário, para atender aos mercados de capitais globalizados, se faz necessário que as informações geradas por estas empresas sejam adequadas aos seus diversos usuários, entre eles os investidores que podem ser nacionais ou estrangeiros.

Considerando que as demonstrações contábeis são um dos principais instrumentos de disseminação de informações de qualquer empresa, tanto por seus administradores, quanto para os atuais e potenciais investidores, a necessidade de comparar estas informações fez surgir a Conversão de Demonstrações Contábeis. A necessidade de converter as demonstrações contábeis se dá pelo fato que a empresa controladora de uma multinacional, por exemplo, precisa que os demonstrativos contábeis das suas subsidiárias, que estão localizadas em países diferentes do país sede, estejam não somente uniformes nas práticas contábeis, mas também em uniformidade com a moeda do país sede. No cenário brasileiro, muitas empresas nacionais possuem filiais ou sucursais no exterior, que operam utilizando a moeda do país onde estão instaladas, e para consolidar as informações de suas filiais/sucursais, as empresas-matriz brasileiras devem utilizar os métodos de conversão de demonstrações contábeis.

O Pronunciamento Técnico 02 (Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis) é a norma contábil brasileira vigente sobre conversão de demonstrações contábeis e tem correlação com a norma internacional IAS 21. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emite pronunciamentos correlacionados a estas normas, a fim de desenvolver critérios e métodos para a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

O Pronunciamento Técnico 02, em seu item 4 prevê que, antes que se apliquem os critérios de conversão de moeda nas demonstrações contábeis de uma sucursal estrangeira de uma multinacional brasileira, por exemplo, estas demonstrações já devem conter os devidos ajustes em conformidade com as normas e padrões contábeis adotados no Brasil.

Importante ressaltar que, filiais são tratadas como extensão da atividade e representações da empresa matriz, tendo seus saldos contábeis de ativos, passivos e resultados integrados nos demonstrativos contábeis da empresa mãe. Já as controladas possuem seus próprios demonstrativos que são consolidados total ou parcialmente, de acordo com a participação proporcional, aos demonstrativos da controladora e são reconhecidas através da equivalência patrimonial. O CPC 02 prevê que o tratamento dado às demonstrações contábeis das entidades no exterior, sejam estas filiais, agências, sucursais, dependências ou controladas, deve ser direcionado de acordo com a essência deste investimento.

O Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, dispõe sobre a primazia da essência sobre a forma em seu item 35: “para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a apresentar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal...”. Assim, pelo que determina o Pronunciamento Técnico 02, se na essência a entidade se caracterizar como filial, por exemplo, seus saldos serão reconhecidos diretamente nos demonstrativos da investidora. Porém, o item 21 do mesmo Pronunciamento, normatiza que quando a entidade possuir autonomia suficiente para ser tratada como consolidada, seu reconhecimento será feito por equivalência patrimonial e consolidação.

Para elaboração de suas demonstrações contábeis, as entidades utilizam sua moeda funcional. De acordo com o Pronunciamento 02, para determinar a moeda funcional de uma entidade deve ser considerado, primeiramente, os seguintes fatores: moeda que mais influencia os preços de bens e serviços, a moeda do país cujos regulamentos mais influenciam na determinação dos preços de venda de seus produtos/serviços e a moeda que mais influencia mão-de-obra, material e outros custos de sua produção. Caso estes fatores não evidenciem claramente qual deve ser a moeda

funcional da entidade, devem-se analisar ainda outros fatores: moeda na qual são obtidos recursos financeiros e moeda em que são recebidos os valores de atividades operacionais. Existem ainda fatores adicionais que identificam quando a moeda funcional da entidade é a mesma da entidade a que reporta, ou seja, no caso de uma filial estrangeira de multinacional brasileira, quando esta utiliza o real como moeda funcional. Isto ocorre quando as atividades no exterior são como uma extensão das atividades da matriz, não possuindo grau significativo de autonomia; quando os fluxos de caixa da entidade no exterior afetam diretamente os fluxos da matriz ou quando os fluxos de caixa das atividades no exterior não são suficientes para cobrir suas dívidas. Para que a moeda funcional de uma empresa não seja a moeda local, é necessário que praticamente todas as condições acima citadas sejam atendidas, e não apenas uma delas.

Os itens contidos nas demonstrações contábeis, para fins de critérios de conversão que serão utilizados, são classificados como item monetário e não monetário e são definidos pelo CPC 02 em seu item 16:

A característica essencial de item monetário é o direito a receber (ou a obrigação de entregar) um número fixo ou determinável de unidades de moeda. Alguns exemplos incluem: passivos de planos de pensão ou outros benefícios a empregados a serem pagos com caixa; provisões que devem ser liquidadas em caixa; passivos de arrendamento; e dividendos a serem distribuídos com caixa, que são reconhecidos como passivos. Da mesma forma, o contrato que preveja o direito a receber (ou a obrigação de entregar) um número variável de instrumentos patrimoniais da própria entidade ou uma quantidade variável de ativos, cujo valor justo a ser recebido (ou a ser entregue) iguale-se ao número fixo ou determinável de unidades de moeda, é considerado item monetário. Por outro lado, a característica essencial de item não monetário é a ausência do direito a receber (ou da obrigação de entregar) um número fixo ou determinável de unidades de moeda. Alguns exemplos incluem: adiantamento a fornecedores de mercadorias; adiantamento a prestadores de serviços; goodwill; ativos intangíveis; estoques; imobilizado; ativo de direito de uso; e provisões a serem liquidadas mediante a entrega de ativo não monetário.

O Pronunciamento 02 prevê a utilização de diferentes tipos de taxas de conversão: taxa histórica, taxa corrente, taxa de fechamento e taxa média.

Assim, o CPC 02 define que quando uma entidade mantém seus registros contábeis em moeda diferente da funcional, ao elaborar suas demonstrações contábeis

todos os valores devem ser convertidos para a moeda funcional seguindo os seguintes critérios: na data de cada balanço, os itens monetários, que podem ser exigidos em dinheiro, devem ser convertidos utilizando-se a taxa de fechamento; os itens não-monetários, mensurados pelo custo histórico, serão convertidos à taxa histórica e os itens não-monetários mensurados ao seu valor justo convertidos usando-se a taxa corrente da data em que o valor justo foi determinado.

No entanto, quando a conversão de demonstrações contábeis se dá para moeda diferente da moeda funcional, os critérios de conversão são: para ativos e passivos serão convertidos à taxa de fechamento da data do respectivo balanço, o patrimônio líquido à taxa histórica e as receitas e despesas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações, ou taxa média do período quando aplicável.

O reconhecimento inicial de uma transação em moeda estrangeira é realizado através da conversão para moeda funcional aplicando-se ao valor da operação, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação. Quando há mudança na taxa de câmbio da data da transação para data da liquidação dos itens monetários, de uma fatura a receber de cliente, por exemplo, a variação cambial que surge nesta operação de recebimento, segundo o Pronunciamento Técnico 02, deverá ser reconhecida como receita ou despesa no período em que surgir.

As variações cambiais sobre itens não-monetários devem ser reconhecidas no Patrimônio Líquido, se estas variações forem atribuídas a ganhos e perdas reconhecidos também diretamente no Patrimônio Líquido. Porém, quando este ganho ou perda em itens não-monetários for reconhecido no resultado do período, suas variações cambiais também deverão ser reconhecidas no resultado. Sobre o reconhecimento de variações cambiais de investimentos no exterior:

a) quando a entidade no exterior se caracterizar como filial, extensão das atividades da matriz, as variações cambiais devem ser consideradas como receita ou despesa do período, como resultados integrados à contabilidade da matriz;

b) quando a entidade no exterior se caracterizar como investimento, as variações cambiais deverão ser registradas em conta específica do patrimônio

líquido, sob o título de Ajuste Acumulado de Conversão ou equivalente, que será reconhecida no resultado apenas quando da baixa do investimento.

O Pronunciamento Técnico 02 traz instruções para conversão sob diversos aspectos:

a) Conversão de transações em moeda estrangeira: abrangem a compra e venda de produtos e serviços, e também empréstimos obtidos ou concedidos, quando o preço ou valores a pagar/ receber destas transações é estabelecido em moeda estrangeira. O reconhecimento inicial se dá pela conversão à taxa de câmbio da transação, e posteriormente há o registro da variação cambial na liquidação, se esta variação existir.

b) Conversão de demonstrações de uma entidade no exterior: ocorre quando os balanços e resultados de uma entidade no exterior são convertidos para a moeda funcional de sua matriz/investidora para que possa ser incluída nas demonstrações desta investidora por consolidação.

c) Conversão de demonstrações contábeis para moeda diferente da funcional: pode ser usada com diversas finalidades, como para consolidação das diversas demonstrações contábeis de um grupo compreendido por entidades individuais que operam com diferentes moedas funcionais; para apresentação das demonstrações a investidores internacionais e; para obter demonstrações em “moeda forte”.

d) Conversão e contabilização de dividendos recebidos de investimentos no exterior: o Pronunciamento Técnico 02 distingue os dividendos de acordo com seu reconhecimento, que pode ser pelo método de equivalência patrimonial, quando são registrados como redução da conta de investimentos; pelo método do custo, que são registrados como receita pelo valor recebido; ou pelo valor de mercado, que também são registrados como receita pelo valor recebido.

Além dos requisitos, conceitos e procedimentos já citados, o Pronunciamento Técnico 02 prevê a divulgação de sua utilização. Dentre as informações que devem ser divulgadas:

a) se a moeda de apresentação for diferente da moeda funcional da entidade, deve ser citado este fato e os motivos de sua utilização;

b) mudança da moeda funcional, divulgando também a razão para tal mudança; e

c) apresentação das demonstrações contábeis ou outras informações financeiras em uma moeda diferente da funcional, identificando-as como informações suplementares, a moeda utilizada, a moeda funcional e o método de conversão utilizado.

Portanto, podemos concluir que, a conversão de demonstrações contábeis segundo o Pronunciamento Técnico 02 permite evidenciar os resultados do investimento e o resultado da variação cambial. Os resultados do investimento são reconhecidos por equivalência patrimonial no Resultado da investidora; enquanto os ganhos ou perdas de variação cambial são registrados em conta específica do Patrimônio Líquido da investida. Esta segregação permite, também, avaliar quais são os efetivos resultados econômicos gerados pela investida e quais valores são gerados apenas por flutuações nas taxas de câmbio.

Desse modo, ao considerar os efeitos cambiais na conversão de demonstrações contábeis o resultado obtido da conversão da demonstração do resultado apresenta a eficiência econômica da investida enquanto que o resultado obtido da conversão de contas ativas e passivas está relacionada a taxa de câmbio entre dois países e a estrutura de Ativos e Passivos da empresa, atendendo a essência econômica. Ainda, pode-se depreender que tanto a conversão da Demonstração do Resultado do Exercício quanto do Balanço Patrimonial tem efeitos sobre o Patrimônio Líquido da investidora, no processo de aplicação método de equivalência patrimonial e, depois, de consolidação das demonstrações contábeis.

A aplicação do Pronunciamento Técnico 02 propicia para a investidora uma análise comparativa do seu investimento na sucursal, por exemplo. Isto porque com a conversão, é possível obter os demonstrativos de todos os investimentos na mesma moeda, a fim de reconhecer a equivalência patrimonial de tais investimentos, mas também de poder avaliá-los quanto a sua representatividade perante aos demais.

A título elucidativo e para uma visualização e compreensão do estudo sobre variação cambial e a conversão da moeda nas demonstrações contábeis podemos verificar nos Anexos deste Projeto o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício do Ano de 2020 da empresa NATURA &CO HOLDING S.A. e

suas controladas, bem como as notas explicativas sobre Conversão de Moeda Estrangeira.

3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: ATUANDO GLOBALMENTE

O conteúdo de formação para vida, coloca em evidência assuntos de grande importância e extremamente discutido nos meios de comunicação, na política e na sociedade como um todo. Não é pra mesmo, pois os assuntos levantados são sobre as consequências ambientais, a sustentabilidade, a economia e a população, e o quanto isso influenciará diretamente.

O intuito deste conteúdo de formação para a vida é promover o conhecimento adequado para colocar em prática ações positivas, e conscientização de todos o quanto antes e não deixar que os recursos naturais se esgotam, diminuir a poluição, cuidar das florestas, oceanos e garantir uma vida mais saudável a toda a população e para as gerações futuras.

3.3.1 ATUANDO GLOBALMENTE

Como valorizar o local pensando globalmente

A responsabilidade de colocar em prática as ações sustentáveis é dever de toda a população e deve começar dentro de casa. Algumas atitudes podem ser realizadas facilmente no dia-dia, e também influenciar outras pessoas do mesmo convívio e promover uma mudança de cultura.

Exemplos práticos e simples que fazem a diferença:

- **Substituição das lâmpadas de casa**

Substituindo as lâmpadas incandescentes por fluorescentes ou de LED, irá gerar mais economia e não contêm metais pesados, consomem apenas 8W para fornecer a mesma luminosidade de uma incandescente de 60W e duram 40 vezes mais.

- **A reciclagem**

Em casa é importante separar o lixo que pode ser reciclado, como papéis, plásticos, vidros e metais e colocá-lo separado para facilitar a retirada. Assim como verificar produtos que podem ser reutilizados diminuindo a quantidade do que será jogado fora.

- **Reduza o uso de embalagens**

Na academia, na rua ou no trabalho leve uma squeeze de casa para tomar água, evitando garrafinhas descartáveis, substitua os copinhos descartáveis por canecas de cerâmica e copos de vidro e leve os produtos do mercado para casa em ecobags, em vez de sacolas de plástico.

- **Tire os aparelhos da tomada**

Aparelhos ligados na tomada, em stand-by, representam até 12% do total da conta de energia elétrica da casa. Por isso, não só em viagens, mas sempre que estiverem ociosos, deixe-os totalmente desligados. Luzinha vermelha acesa, mesmo com o aparelho desligado, representa um gasto silencioso de energia elétrica.

- **Cuidado com a posição da geladeira e do freezer**

A geladeira e o freezer não devem estar próximos a fontes de calor, como fogão e forno, ou de portas e janelas que permitam a incidência de luz solar. Esses fatores geram calor no eletrodoméstico, fazendo com que o termostato tenha que trabalhar mais para manter a temperatura ideal.

- **Avalie trocar o ar-condicionado pelo ventilador**

Hoje o mercado disponibiliza modelos de ar-condicionado com gases não poluentes e baixíssimo consumo de energia, como os de tecnologia inverter, verifique a possibilidade de trocar o aparelho por um ventilador, eles não emitem gases, consomem bem menos energia e há modelos bastante potentes, para todos os tamanhos de cômodos.

- **Reutilize a água da sua máquina de lavar**

As atitudes sustentáveis devem estar relacionadas também à reutilização da água, a da máquina de lavar pode ser reaproveitada para lavar carro, varanda, etc. A água da chuva e até do ar-condicionado também pode ser reutilizada, sendo colhida através das calhas e das mangueiras em recipientes plásticos.

Atitudes sustentáveis como essas, quando adotadas no dia a dia de inúmeras casas, são capazes de fazer uma grande diferença na saúde do planeta.

Entendendo a biodiversidade

Segundo WWF BRASIL O termo biodiversidade - ou diversidade biológica - descreve a riqueza e a variedade do mundo natural. As plantas, os animais e os microrganismos fornecem alimentos, remédios e boa parte da matéria-prima industrial consumida pelo ser humano.

Abrangendo todas as formas de vida, desde micro-organismos, os genes, as bactérias contidos em cada indivíduo, e as inter-relações, ou ecossistemas, na qual a existência de uma espécie afeta diretamente muitas outras.



O Brasil é considerado o país da "megadiversidade": aproximadamente 20% das espécies conhecidas no mundo estão aqui. É bastante divulgado, por exemplo, o

potencial terapêutico das plantas da Amazônia. Assim como a sócio-biodiversidade representada por povos indígenas e comunidades tradicionais.

A biodiversidade é importante pois o conjunto de processos, sistemas, ecossistemas e as várias espécies criam condições de vida na terra. Gerando um clima favorável para a produção de alimentos, água e oxigênio, além de medicamentos, combustíveis entre tantos outros benefícios. Sendo essencial para nossa saúde, bem-estar, alimentação e segurança, bem como a estabilidade dos sistemas econômicos e políticos em todo o mundo.

Por que chove em alto mar?

De acordo com a teoria de Gaia ou Hipótese de Gaia que foi criada pelo cientista e ambientalista inglês James Ephraim Lovelock, no ano de 1969. E contou com os estudos da bióloga norte-americana Lynn Margulis. O nome GAIA é uma homenagem à deusa Gaia, divindade que representava a Terra na mitologia grega.



A Hipótese de Gaia, proposta primeiramente por James Lovelock como hipótese da resposta da Terra, propõe que a Terra pode e deve ser considerada um organismo e que cria condições para sua existência. Gaia, na mitologia grega, é a deusa que personifica a Terra, por isso o nome sugerido. A partir dessa teoria pode se dizer que os

oceanos, por exemplo, são os pulmões do planeta vivo ou que os rios são os vasos sanguíneos.

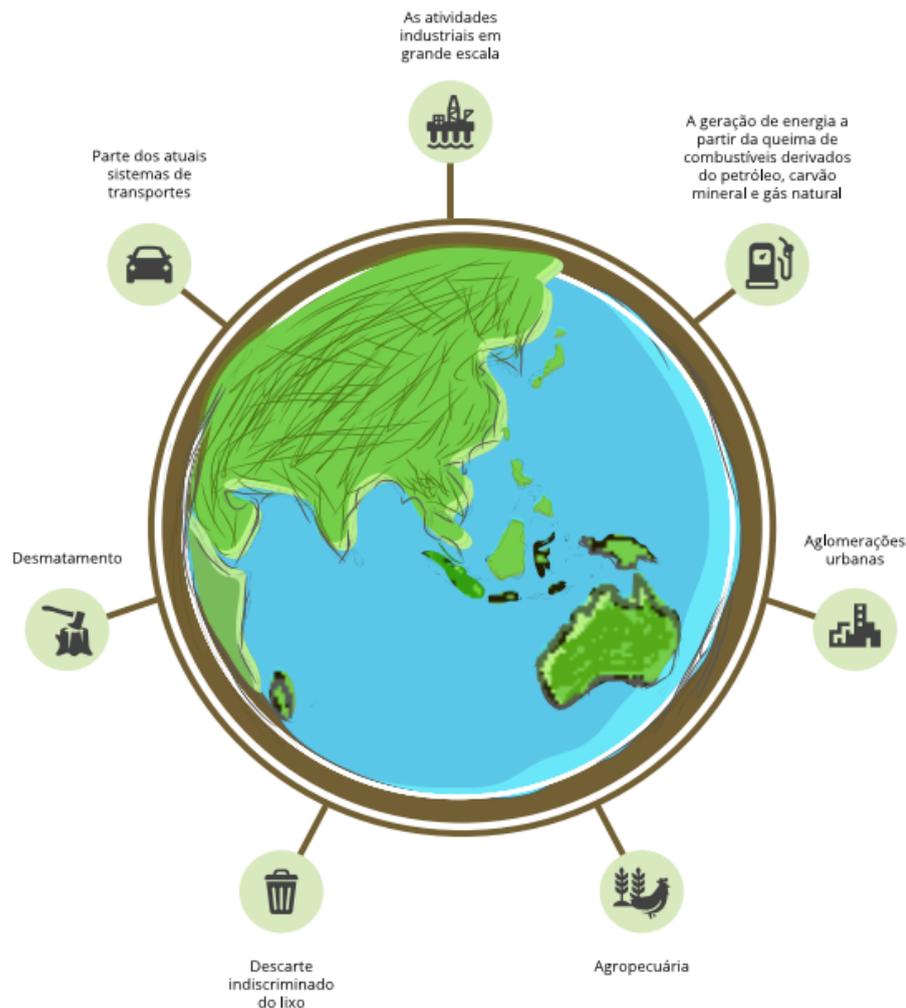
Nos últimos anos muitos dos mecanismos de autorregulação da Terra foram identificados. Um exemplo, a formação de nuvens sobre o oceano aberto é quase inteiramente uma função do metabolismo de algas oceânicas que emitem uma grande molécula de enxofre (como gás residual) tornando-se o núcleo de condensação das gotas de chuva. Anteriormente, pensava-se que a formação de nuvens sobre o oceano era um fenômeno puramente químico/físico. A formação de nuvens não apenas ajuda a regular a temperatura da Terra, é um mecanismo importante pelo qual o enxofre é devolvido aos ecossistemas terrestres.

A vida na Terra é totalmente dependente dos ciclos biogeoquímicos, necessitando do equilíbrio para sua autossustentação. Esses ciclos mantêm o equilíbrio dinâmico para garantir a manutenção dos componentes essenciais à vida.

O aquecimento global é provocado pelo homem?

O aumento desordenado nas emissões de gases poluentes na atmosfera, como o dióxido de carbono (CO₂), causa o efeito estufa e provoca o aquecimento global, que é o aumento da temperatura média dos oceanos e da camada de ar próxima à superfície da Terra. Esse fator pode ser decorrente de causas naturais e da ação humana. Esse aumento intensificou de forma significativa o efeito estufa, onde a atividade humana passou a ter grande influência nas alterações climáticas.

O Efeito estufa corresponde a uma camada de gases que cobre a superfície da terra, essa camada composta principalmente por gás carbônico (CO₂), metano (CH₄), N₂O (óxido nitroso) e vapor d'água, é um fenômeno natural fundamental para manutenção da vida na Terra, pois sem ela o planeta poderia se tornar muito frio, inviabilizando a sobrevivência de diversas espécies. É observado abaixo na imagem as ações humanas causadoras das alterações no clima e aquecimento global:



Entre as principais atividades humanas que causam o aquecimento global, são a queima de combustíveis fósseis (derivados do petróleo, carvão mineral e gás natural) para geração de energia, atividades industriais e transportes; conversão do uso do solo; agropecuária; descarte de resíduos sólidos (lixo) e desmatamento. Todas estas atividades emitem grande quantidade de CO² e de gases formadores do efeito estufa.

O Brasil faz parte dos líderes mundiais em emissões de gases de efeito estufa, a utilização do solo de forma incorreta para agropecuária e o desmatamento são responsáveis pela maior parte das emissões. Mas as emissões de GEE por outras atividades como agropecuária e geração de energia vem aumentando consideravelmente ao longo dos anos.

3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Através dos estudos realizados foi verificado a extrema importância de promover a sustentabilidade tanto no âmbito empresarial, quanto no âmbito social.

Socialmente afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas, como o lazer, a educação, o trabalho e suas condições diárias, assim traz a necessidade de modificar o comportamento, as atitudes, os padrões e a mentalidade das pessoas.

Com as ações sustentáveis e ecologicamente corretas além de contribuir com a redução dos impactos negativos no meio ambiente, no âmbito empresarial surge abertura de nichos de mercados com a necessidade de novos produtos sustentáveis que apresenta o melhor desempenho em toda a sua vida útil, e atendem a crescente demanda da sociedade mais conscientizada com relação a um mundo melhor e também pensando nas gerações futuras.

O link a seguir traz um vídeo explicativo sobre a necessidade de colocar em prática as ações sustentáveis. <https://youtu.be/6HNAzP-xUw8>

4. CONCLUSÃO

O trabalho aqui apresentado protagonizou o tema Processo de Reorganização Societário , usando como foco principal temas e subtemas entre eles alinhados. Contabilidade Avançada que detalha a combinação de negócios como por exemplo fusão, cisão e joint ventures que abrange o assunto sobre uma união de risco, um empreendimento conjunto ou empresas conjuntas Já a Análise Das Normas e Pronunciamentos Contábeis detalhe os CPC, IBRACON, CVM entre outras como normas e pronunciamentos contábeis e também o valor de ajuste presente que detalhe o registro do valor real da operação que também é norteada com leis e pronunciamentos. E dando seguimento abordaremos o tema sustentabilidade que desenvolve um importante papel nos dias atuais, daremos formas de prevenção e de como agir mais sustentáveis na vida das pessoas e no âmbito organizacional. Chegamos à conclusão de que a história da contabilidade se resulta de grandes pensadores e normas, que assim como em todas as profissões são importantes para o desenvolvimento da profissão contábil, como também para as empresas, contadores e estudantes e o os de menos conhecimento referente a esta profissão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI No 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm. Acesso em 04 de junho de 2022.

CONHEÇA O CPC. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=9>. Acesso em: 06 de junho de 2022.

CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE UMA SUCURSAL URUGUAIA: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA PATRIMONIAL. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos122012/157.pdf>. Acesso em 08 de jun.de 2022.

GUNTHER Michel, WWF BRASIL O QUE É BIODIVERSIDADE https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biodiversidade/ Acesso em 08 Junho 2022

INVESTOR AVALIAÇÕES. Ajuste a valor presente: saiba o que é, como calcular e importância. Disponível em: <https://investorcp.com/financas-corporativas/ajuste-valor-presente/>. Acesso em 03 de jun. de 2022

LUNELLI, Reinado Luiz. AJUSTE A VALOR PRESENTE. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ajusteavalorpresente.htm>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

MORIBE, Ademir Massahiro, Alceu Panosso e Carlos Henrique Marron. UM ENFOQUE SOBRE CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL E AJUSTE A VALOR PRESENTE EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%20C3%A1rio/Desktop/3577-Texto%20do%20artigo-24736-1-10-20090629.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

NATURA &CO HOLDING S.A. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e61d5ff-4641-4ec3-97a5-3595f938bb75/f41ae6dc-aacf-7f57-fdc6-a57ad830fd8d?origin=2>. Acesso em 10 de jun. de 2022.

PORTAL SÃO FRANCISCO, TEORIA DE GAIA
<https://www.portalsaofrancisco.com.br/meio-ambiente/teoria-de-gaia#:~:text=A%20Teoria%20de%20Gaia%2C%20tamb%C3%A9m%20conhecida%20como%20Hip%C3%B3tese,de%20gerar%2C%20manter%20e%20alterar%20suas%20condi%C3%A7%C3%B5es%20ambientais>. Acesso em 8 de junho de 2022.

RIO VERDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, 2018
<https://www.rioverde.com.br/empreendimentos-imobiliarios/atitudes-sustentaveis/>
Acesso em 03 junho de 2022.

NATURA & Co

<https://trademap.com.br/agencia/empresa/natura-companhia-tambem-planeja-implementacao-de-bdrs-na-b3>. Acesso em: 09 junho de 2022.

CONHEÇA A HISTÓRIA DA COMPANHIA AVON

<https://www.avon.com.br/institucional/a-avon?sc=1>. Acesso em: 09 junho de 2022,

ACIONISTAS DA NATURA E DA AVON APROVAM PROPOSTA DE
COMBINAÇÃO DAS EMPRESAS

<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2019/11/13/acionistas-da-natura-e-da-avon-aprovam-proposta-de-combinacao-das-empresas.ghtml>.

Acesso em 09 junho de 2022

NEO FEED AMBEV VÊ CENÁRIOS MELHOR EM 2022

<https://neofeed.com.br/blog/home/apos-records-ambev-ve-2022-com-otimismo-mas-mantem-guarda-alta/> Acesso em: 09 junho de 2022.

Natura conclui compra da Avon e cria 4ª maior empresa de beleza do mundo

Natura conclui compra da Avon e cria 4ª maior empresa de beleza do mundo | Economia | G1 (globo.com). Acesso em 13 de Junho de 2022.

ANEXOS

NATURA & CO HOLDING S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	505.099	2.303.800	5.321.672	4.512.587
Títulos e valores mobiliários	8	340.999	660.760	2.520.848	1.025.845
Contas a receber de clientes	9	-	-	2.597.535	1.885.764
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	33.1	115.952	-	-	-
Impostos a recuperar	10	-	-	4.544.270	1.430.550
Imposto de renda e contribuição social	11	22.627	5	1.071.349	397.640
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	247.097	112.116
Instrumentos financeiros derivativos	6.6	-	-	180.856	-
Outros ativos circulantes	5	1.979	-	315.120	265.136
		988.266	3.053.574	18.552.547	9.430.057
Ativos não circulantes mantidos para venda	4	-	-	81.279	-
Total dos ativos circulantes		988.266	3.050.574	18.734.820	9.430.057
NÃO CIRCULANTES					
Impostos a recuperar	11	-	-	932.212	463.214
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	478.524	371.677
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	1.380.725	374.446
Repos judicialis	13	-	-	566.790	297.253
Instrumentos financeiros derivativos	6.6	-	-	1.768.122	727.378
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	16.174	74.732
Outros ativos não circulantes	15	148	-	1.327.658	83.356
Total dos ativos realizável a longo prazo		148	-	6.628.545	2.284.204
Investimentos	16	26.944.279	3.382.677	-	-
mobiliário	17	-	-	5.235.057	1.773.889
intangível	8	-	-	26.971.228	5.378.507
Imobilizado	19	-	-	3.602.767	2.679.677
Total dos ativos não circulantes		26.944.427	3.392.677	42.182.777	11.754.455
TOTAL DOS ATIVOS		27.932.693	6.443.251	60.917.597	21.184.512
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e depósitos	20	515.965	2.693.382	3.807.849	3.354.355
Passivo de arrendamento	19	-	-	1.029.667	517.086
Fornecedores e operações de risco sacado*	21	9.693	-	6.774.235	1.829.756
Impostos a pagar - partes relacionadas	33.1	7197	-	-	-
Salários, participações nos resultados e encargos sociais	-	20.153	-	1.310.683	563.316
Obrigações tributárias	22	13.153	1.050	785.367	320.890
Imposto de renda e contribuição social	-	-	196.071	447.213	367.236
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	95.873
Instrumentos financeiros derivativos	6.6	-	-	61.207	11.806
Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas	23	-	-	58.276	18.070
Outros passivos circulantes	24	71	-	1.352.871	395.397
Total dos passivos circulantes		566.230	3.080.906	16.159.586	7.518.423
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e depósitos	20	-	-	13.017.284	7.432.319
Passivo de arrendamento	19	-	-	2.793.794	1.973.477
Salários, participações nos resultados e encargos sociais	-	2.735	-	42.763	-
Obrigações tributárias	22	-	-	1.945.4	122.589
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	1.288.015	430.587
Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas	23	-	-	2.000.144	201.616
Outros passivos não circulantes	24	-	-	1.113.139	121.732
Total dos passivos não circulantes		2.136	-	17.370.903	10.303.744
TOTAL DOS PASSIVOS		568.366	3.080.906	33.530.489	17.822.167
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capitais próprios	-	12.377.999	1.405.436	12.377.999	1.405.436
Ações em tesouraria	25.2	(106,7)	-	(106,7)	-
Reservas legais	-	11.052.135	1.210.924	11.052.135	1.210.924
Reservas de lucros	-	123.165	(319.020)	(23.66)	(119.323)
Prejuízos acumulados	-	(753.957)	-	(753.957)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	4.585.631	815.005	4.585.631	815.005
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores da Companhia		27.364.327	3.362.345	27.364.327	3.362.345
Participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido dos controlados	-	-	-	(22,78)	-
Total do patrimônio líquido		27.364.327	3.362.345	27.387.108	3.362.345
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.932.693	6.443.251	60.917.597	21.184.512

*A nota explicativa 33.1 pertence ao grupo de empresas controladas.

NATURA & CO HOLDING S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINALIZADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
RECEITA LÍQUIDA	27	-	-	36.921.920	14.444.690
Outras receitas operacionais	28	-	-	(13.293.715)	(4.032.454)
LUCRO BRUTO		-	-	23.628.205	10.412.236
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com Vendas, Marketing e Logística	28	-	-	(15.732.257)	(6.735.553)
Despesas Administrativas, P&D, TI e Projetos	28	(62.301)	-	(6.655.956)	(2.405.573)
Provisão para depreciação e amortização de ativos imobilizados		-	-	(727.696)	(209.515)
Resultado de equivalência patrimonial	16	(292.779)	89.332	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	31	(171.377)	-	(136.178)	(49.311)
LUCRO OPERACIONAL (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(656.117)	89.332	789.597	1.351.248
Receitas financeiras	30	131.519	2.161	4.735.339	1.055.784
Despesas financeiras	30	(105.650)	(48.611)	(5.771.975)	(2.715.874)
Impostos sobre a formação de Companhia		-	236.192	-	236.192
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(650.196)	(157.716)	(245.822)	304.566
Imposto de renda e contribuições social		-	10.118	(274.744)	(142.099)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(650.196)	(147.592)	(520.566)	155.467
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
PREJUÍZO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	32	-	-	(143.112)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(650.196)	(147.592)	(663.678)	155.467
ATRIBUÍVEL A:					
Ações em circulação da Companhia		(650.196)	(147.592)	(650.196)	155.467
NDs controladoras		-	-	(13.482)	-
		(650.196)	(147.592)	(663.678)	155.467
RESULTADO POR AÇÃO - R\$					
Básico		(0,5220)	(1,2300)	(0,5220)	0,1790
Diluído		(0,5220)	(1,2300)	(0,5220)	0,1779

* As informações relativas à controladora integram o balanço consolidado.

Informações extraídas das Notas Explicativas:

3.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA Moeda funcional Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma das empresas atua (“moeda funcional”).

3.2.1 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA DIFERENTE DE SUA MOEDA FUNCIONAL As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidos para a moeda funcional das empresas inclusas nestas demonstrações financeiras consolidadas utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que correspondem à moeda funcional e de apresentação da Companhia. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”.

3.2.2 CONTROLADAS COM MOEDA FUNCIONAL DIFERENTE Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos das controladas no exterior, cuja moeda funcional não sejam Reais, são convertidas para Reais à taxa de câmbio média mensal, que se aproxima da taxa de câmbio vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício. Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica “Outros resultados abrangentes” nas demonstrações do resultado abrangente e no patrimônio líquido. Este cálculo de conversão é diferente para Natura Cosméticos S.A. – Argentina (“Natura Argentina”) que se tornou uma economia hiperinflacionária a partir de 1º de julho de 2018 “vide abaixo”, no qual o balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício.

3.2.3 ECONOMIA HIPERINFLACIONÁRIA A partir de julho de 2018, a Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária e conforme CPC 42 - Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies), os ativos e passivos não monetários, os itens do patrimônio líquido e a demonstração do resultado da controlada Natura Argentina, cuja moeda funcional é o peso argentino, estão sendo atualizados de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração na data de encerramento do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (“IPC”) da Argentina a partir de 1 de janeiro de 2017 e Índice Interno de Preços por Atacado (“IPIM”) da Argentina até 31 de dezembro de 2016. Como consequência, conforme exigência do CPC 42 (IAS 29), os resultados das operações da controlada Natura Cosméticos S.A. - Argentina devem ser divulgados como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1 de julho de 2018 (reflexos a partir de 01 de janeiro de 2018, ano em que foi identificada a existência de hiperinflação). Os ativos e passivos não

monetários registrados pelo custo histórico e os itens do patrimônio líquido da Natura Argentina foram atualizados com base nos índices citados anteriormente, sendo que os impactos de hiperinflação resultantes das alterações no poder de compra geral foram apresentados na demonstração de resultado. A demonstração de resultado é ajustada no final de cada exercício de apresentação com base na variação do índice geral de preços do período. O efeito líquido da atualização inflacionária de 2020 sobre (i) ativos e passivos não monetários; (ii) itens do patrimônio líquido; e (iii) demonstração do resultado, foi apresentado em conta específica para efeito de hiperinflação no resultado financeiro (vide nota explicativa nº 30). Para fins de conversão dos saldos contábeis da controlada Natura Cosméticos S.A. - Argentina para a moeda de apresentação (R\$ - reais) utilizada nas demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas da Companhia, foram adotados os seguintes procedimentos requeridos pelo CPC 02(R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (IAS 21 - The effects of changes in foreign exchange rates):

- Os montantes de ativos, passivos e itens do patrimônio líquido foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício (0,06189 peso argentino por reais em dezembro de 2020); e
- Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício (0,06189 peso argentino por reais em dezembro de 2020), ao invés da taxa de câmbio média do período, que é utilizada na conversão de moeda de economia não hiperinflacionária. A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 36,1% (54,5% em 31 de dezembro de 2019), conforme IPC. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a aplicação do CPC 42 (IAS 29) resultou em: (i) um impacto negativo no resultado financeiro de R\$ 20.625 (R\$ 13.947 em 31 de dezembro 2019); e (ii) um impacto negativo no lucro líquido do exercício de R\$ 106.206 (R\$ 68.940 em 31 de dezembro de 2019). A conversão da demonstração do resultado pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício, ao invés da taxa de câmbio médio do exercício, resultou em um impacto positivo em outros resultados abrangentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 32.160 (R\$ 17.666 em 31 de dezembro de 2019).